

Proliferar oásis: por uma história politizada do desejo e da contingência

Pedro Demenech

Introdução

Nestes tempos de crise, a resistência e a solidariedade são necessárias, mas a solidariedade é mais importante.

Alex Tsipras, líder do grupo parlamentar grego Syriza, no dia seguinte às eleições legislativas de 2012.

Diante dos acontecimentos recentes que ocorrem no Brasil, é possível pensar quais as cargas semânticas e os sentidos referentes às manifestações acionadas, de um lado, pelo aumento das tarifas de ônibus em diversas cidades brasileiras e, por outro, pela truculência policial que visa dispersar os movimentos, a partir do uso excessivo da força bruta amparada por um Estado que aparentemente governa a favor do povo.

Uma breve pesquisa pela internet demonstra a imensidade de reportagens sobre o assunto. Lendo-as, o que se pode averiguar é que com o aumento das passagens em São Paulo, os protestos organizados pelo Movimento Passe Livre (MPL) – criado em 2005 – e outras entidades populares serviram para, de alguma forma, catalisar insatisfações latentes nas diversas composições da sociedade brasileira.

Negando-se a fazer uma conclusão ou qualquer análise definitiva dos acontecimentos, a única certeza evidente é a de que as manifestações desencadearam uma pletera de forças e discursos (políticos, culturais e sociais) que são apropriados tanto pelo governo da presidenta Dilma Rousseff (Partido dos Trabalhadores) e pela oposição, como no governo estadual de Geraldo Alckmin (Partido da Social Democracia Brasileira), por exemplo. Da mesma forma, os movimentos que compõe a massa e o bojo das manifestações levantam as mais variadas bandeiras (Movimento dos Trabalhadores Sem Terra, neonazistas, discursos nacionalistas “apolitizados”, militantes de diversos partidos políticos), que chocam e combinam entre si ideias e corpos numa polifonia difusa e indeterminada.

O movimento se apresenta em formas diversas¹⁵⁰, sem uma identidade ou modelo no quais os grupos participantes possam se basear. Se, a princípio, isso acarreta uma experiência positiva, aonde as decisões são tomadas diante de um tipo de contingência que surge no calor dos acontecimentos, por outro é preocupante as polarizações advindas desses fatos. Há uma, em especial, que mais chama a atenção: o cerceamento às manifestações partidárias, que agregam a massa de protestantes – por exemplo, queima de bandeiras, expulsão de grupos partidários. Isso enfraquece o movimento politicamente, esgota a possibilidade de haver várias vozes, de proliferar as diferenças. Tanto mais, está em jogo o direito a liberdade de expressão no âmbito de uma esfera pública (ou talvez, de diversas esferas públicas).

Uma vez que a rua se tornou, recentemente, palco para uma redefinição das práticas e vozes políticas, cabe pensar formas de explicar esses movimentos, sem, no entanto, engolfar suas propostas e enquadrar os acontecimentos em moldes prontos.

Enquanto que no dia 12 de junho de 2013, em Paris, França, o governador do Estado de São Paulo, Geraldo Alckmin, recriminando o movimento alegou que “É intolerável a ação de baderneiros e vândalos destruindo o patrimônio público (...)”, o prefeito da capital São Paulo, Fernando Haddad (também em Paris), do Partido dos Trabalhadores, fez críticas ao movimento. Num primeiro momento, repreendendo os atos de depredação do patrimônio público, dizendo que os manifestantes não haviam votado nele eram os participantes da manifestação: “Nós temos compromisso com a liberdade de expressão. Aqueles que perderam podem se manifestar”, e advertiu que “Os métodos não são aprovados pela sociedade. Essa liberdade está sendo usada em prejuízo da população”. E, ao ser interpelado por jornalistas, a respeito das lideranças do movimento, Haddad alegou não as conhecer: “São pessoas inconformadas com o Estado democrático de Direito. Não conheço as lideranças. Desconheço a origem”. Dias após o estopim das manifestações, dois ex-presidentes, de nossa recente história, deram suas opiniões a respeito.

150 Um jornalista, na manifestação do dia 20 de junho de 2013, observou o seguinte fato: “Outra vez a manifestação teve de tudo: protestos contra a Copa, a PEC 37 e o deputado Feliciano. Jovens de classe média eram majoritários. Havia skatistas, punks e estudantes de ensino médio, misturados a anarquistas e gente que aparentava ser neonazista”. AZENHA, Luiz Carlos. *Vio-mundo*. Na Paulista: Defensores da “democracia sem partidos” atacam militantes de esquerda e queimam bandeiras vermelhas.

Fernando Henrique Cardoso, do mesmo partido de Geraldo Alckmin, alegou ser um erro qualificar os manifestantes de baderneiros:

Os governantes e as lideranças do país precisam atuar entendendo o porquê desses acontecimentos nas ruas. Desqualificá-los como ação de baderneiros é grave erro. Dizer que são violentos nada resolve. Justificar a repressão é inútil: não encontra apoio no sentimento da sociedade. As razões se encontram na carestia, na má qualidade dos serviços públicos, na corrupção, no desencanto da juventude frente ao futuro (Acesse Piauí).

Em tom similar, Luiz Inácio Lula da Silva disse:

Ninguém em sã consciência pode ser contra manifestações da sociedade civil porque a democracia não é um pacto de silêncio, mas sim a sociedade em movimentação em busca de novas conquistas. Não existe problema que não tenha solução. A única certeza é que o movimento social e as reivindicações não são coisa de polícia, mas sim de mesa de negociação (Ibidem).

Diante de todo o alarde que está acontecendo, a fala da presidenta Dilma Rousseff, do dia 18 de junho de 2013, ressoa como uma polifonia do que foi dito, anteriormente, pelos dois ex-presidentes. Criticando os atos de depredação do patrimônio público e contra as pessoas, disse de forma enfática que “O Brasil hoje acordou mais forte. A grandeza das manifestações de ontem comprova a energia da nossa democracia, a força da voz da rua e o civismo da nossa população”.

Esses diversos discursos políticos, orbitando em torno de um mesmo fenômeno, tentam se apropriar dessas manifestações e caracterizar os fenômenos. Verbos como “denegrir”, “justificar”, “entender”, “comprovar” acompanham os prognósticos que explicam e/ou deslegitimam as atuações dos vários segmentos da sociedade que estão indo as ruas. Em termos políticos, isso representa um cálculo, uma tentativa de se apropriar dos acontecimentos e, a partir das análises feitas, transmutá-los em argumentos que norteiem as ações políticas. São os partidos políticos, o Estado e os grupos sociais buscando angariar uma argumentação válida para sua atuação.

Enquanto Fernando Henrique Cardoso caracteriza esse movimento como uma insatisfação dos jovens com o futuro, a presidenta Dilma Rousseff expressa publicamente a ideia de que os atos são característica de que as instituições democráticas brasileiras estão consolidadas. Se, por um lado ambos defendem as manifestações, por outro há uma questão em jogo: a interpretação dos atos, pelas forças políticas estabelecidas, começa a se transmutar em prognósticos que visam

explicar e angariar para si as forças desencadeadas. Ao mesmo tempo, também, as manifestações se compõem por uma grande parcela de jovens que cresceram num período democrático da história brasileira.

Maria Celina D'Araújo argumentou que essa geração é mais democrática, devido ao trabalho em grupo e aos modos de cooperação e comunicação, as próprias decisões são tomadas em foro horizontal, colegiadas, muitas vezes, virtualmente (pela *internet*). E, ao ser interpelada sobre os atos de violência¹⁵¹, chamou a atenção para a parcela de indigentes que participa das manifestações, justamente por ser a parte que mais sofre com a omissão e o descaso das esferas governamentais.

Numa entrevista concedida ao *Le Monde Diplomatique Brasil*, Edgar Morin disse que a partir da crise que se instaurou (numa conjuntura global, desde 2008) advém três alternativas, para o campo político do capitalismo: ou o modelo permanece o mesmo, mantendo sua lógica de perversidade na sociedade; ou se democratiza se tornando mais justo; ou, radicalizando, se desarticula e abre espaço para o impensável. E, falando sobre a juventude na atualidade, disse que:

Hoje há uma causa que, em nome da liberdade e contra a dominação, não tem nome; é a causa de toda a humanidade, de todos os povos, de todos os continentes. A humanidade está ameaçada por toda essa loucura, pela busca do lucro, por toda essa insanidade fanática. Minha recomendação é que, aí onde você está, lute pelas mutações, quer elas tenham dimensão global ou local. O desenvolvimento local favorece a melhoria global e a melhoria global favorece o desenvolvimento local. É este o desafio atual: tomar consciência do que hoje são os problemas e se engajar para enfrentá-los. É isso que eu quero dizer para a juventude.

Diante dessa reflexão, estabelecida por Morin, e a partir das experiências concretas procuramos entender o modo pelo qual as diversas linguagens políticas que se apropriam e participam das manifestações abrem e criam futuros. Advém, então, que a partir desses acontecimentos são reelaboradas, também, as explicações

151 Lembremos que os atos de violência dessas manifestações são cometidos, também, por pessoas da classe média (aparentemente fascista) e, principalmente, pela polícia. Muito fácil dizer em cadeia nacional que os indigentes são violentos por omissão do governo. Há anos, sabemos do abuso de poder cometido pelas policias militares estaduais nas periferias, da morte dos jovens negros e pobres. Muitas vezes, agimos como na alegoria de Ulisses que, amarrado no mastro, contempla a violência do canto das sereias, enquanto os marinheiros tampam seus ouvidos com cera, seguindo o curso por ele estabelecido. Advém uma certa sensação de que nada pode ser feito para mudar o estado de coisas.

de experiências ocorridas no passado. Aqui, o presente se transmuta numa baliza que permite olhar à distância o passado e vislumbrar um possível horizonte futuro.

Essas manifestações recentes, além de dar indicativos sobre a política em nosso país, também, deram a percepção de que acontecimentos dessa ordem ainda polarizam o debate político, entre as forças que governam e o modo como a base da sociedade se manifesta, tanto a favor como contra ao que está sendo construído. É no calor desses acontecimentos que o espaço para a reflexão sobre a história se torna interessante: as reviravoltas da sociedade permitem, talvez, repensar quais os rumos que seguem, na atualidade, os tempos históricos e os usos políticos da história.

Proliferar oásis nos desertos: cálculo e apolitização diante da polarização política

Nesse sentido, começa a se criar uma série de explicações que buscam respaldar esses acontecimentos – para, também, evitá-los. Ao mesmo tempo em que aparecem análises que tentam dar conta dos acontecimentos futuros, surgem, também, explicações que procuram se respaldar no passado, de modo que a história possa lançar luz ao que acontece, a partir de uma experiência passada. Essas duas percepções se tornam possíveis quando as confrontamos com os recém-ocorridos eventos.

De algum modo, o Estado procura fazer esse cálculo político sobre o futuro para manter certo controle e ponderar sobre o que pode e/ou não acontecer. Diante disso, as decisões políticas se orientam a partir de discursos racionais e previsíveis que, dependendo do desencadeamento, podem se descortinar em várias possibilidades. O que importa, nesse caso, é a produção de realidades que permitam controlar o futuro e manter a estabilidade das decisões políticas.¹⁵² A partir da consagração desse processo o Estado moderno garante sua perpetuidade. Esse tipo de cálculo que se desenvolveu durante os séculos XV e XVI, tendo se ampliado pela Europa entre os séculos XVII e XVIII. Podemos supor, ainda, que os aparatos burocráticos dos atuais Estados se baseiam nesse pressuposto.

Koselleck tendo estudado esse tema, percebeu que a história passara a se engendrar a partir das previsões calculadas que o Estado fazia para construir futuros, capazes de guiar as decisões. Dessa forma, entende-se que a construção de uma história passa, também, pelo monopólio que o Estado tenta angariar sobre os

152 A arte do cálculo político se desenvolve na Itália, durante os séculos XV e XVI, tendo como princípio fundamental que o futuro é indeterminável.

acontecimentos passados e o modo pelo qual os planeja temporalmente (KOSELLECK, 2006). Diante disso, qual a necessidade que o governo tem de tutelar os acontecimentos presentes, se o que foge ao controle deve ser excluído e negado?

Todo anátema que mancha o curso do progresso ou é energeticamente apagado, ou se redime adentrando num horizonte histórico-temporal, onde o futuro deve permanecer controlado pelo Estado (Idem).

A contribuição de Koselleck para esse assunto é muito interessante: tendo estudado o modo como o Estado Absolutista começa a se apropriar do tempo histórico para guiar suas decisões e cálculos políticos, percebeu, por exemplo, que são criadas ficções que tentam perpetrar a duração de governos. Dessa forma, o planejamento temporal se transforma em condição crucial para a manutenção do poder estatal: o presente perde sua capacidade ao ser experimentado como presente, justamente, porque só se concretizará dentro de um futuro planejado.

Nesse ínterim, começaram a se desenvolver as filosofias da história, que auxiliam na recuperação desse presente, a partir do momento em que ele se conecta a determinada ideia de futuro, capaz de guiar o curso da história e das ações, submetendo o próprio presente a uma direção, determinada pelo futuro (lugar da concretização moral do movimento histórico).

No século XVIII, o planejamento utópico do futuro tinha uma função clara: abrir espaço para a filosofia burguesa da história e minar o poder do Estado Absolutista. “Em nome de uma humanidade única, a burguesia europeia abarcava externamente o mundo inteiro e, ao mesmo tempo, em nome deste mesmo argumento, minava internamente a ordem do sistema absolutista” (KOSELLECK, 2009), constatou Koselleck.

A estrutura do pensamento de Koselleck está focada principalmente em entender como a crise do Estado Absolutista abre precedente para a ascensão da burguesia e do discurso que justifica seu domínio no mundo. Nesse sentido, a crise instaurada a partir do século XVIII desembocaria no século XX de modo mais agudo, derivando-se no esvaziamento do conteúdo moral no campo da política. Disso decorre que as próprias reflexões de Koselleck foram tentativas de lançar luz à sua própria época, procurando entender a polarização política (capitalismo *versus* socialismo) que instaurava logo após o fim da Segunda Guerra Mundial (a iminência de uma guerra nuclear, durante a Guerra Fria).

Assim sendo, como entender, nas atuais circunstâncias, a lógica dos movimentos políticos se há uma clara polarização de interesses? A crise instaurada parece advir da separação de interesses entre as instituições políticas, que trabalham lado a lado às corporações privadas, e dos interesses dos cidadãos, que

aspiram melhores condições de vida¹⁵³. Em nome da austeridade fiscal, da manutenção do *status quo* das elites dirigentes, da redução dos serviços estatais, parece ser possível governar com solidariedade para o povo. Dessas percepções, convém a noção de que o cálculo político, novamente, procura esvaziar a politização: é conveniente haver cidadãos com corpos docilizados (FOUCAULT, 1999).

Nesse sentido, é importante a produção de movimentos que se chocam a ideia de um progresso contínuo. Se a polarização entre governo e sociedade obriga o primeiro a se voltar contra seus cidadãos é veemente a importância de se pensar as formas de conservar as liberdades adquiridas, ao invés de se pautar num mundo administrado – onde as esferas da vida sejam governadas por “máquinas totalizantes” de integração da vida e política.

Koselleck, em 1959, afirmou que a história europeia havia se convertido em história mundial e, diante disso, a crise instaurada no mundo era um desdobramento, também, do esvaziamento moral da política que havia se iniciado no século XVIII. Ante o fenômeno, Koselleck escrevera na introdução de *Crítica e crise* que:

A história transbordou as margens da tradição e submergiu todas as fronteiras. A tecnologia de comunicação sobre a superfície ilimitada do globo conduziu à onipresença de forças que submetem tudo a cada um e cada um a tudo (KOSELLECK, 2009, p.9).

Essa submissão, constatada acima, continua a se alastrar, e suas forças ainda procuram totalizar a vida, despotencializando cada sinuosidade de liberdade. Todo o cotidiano (a vida nas fábricas, escolas, trabalho, o próprio sexo) é regulado e mediado por ações que são administradas: diante dessas circunstâncias, a vida se apresenta de forma árida, sem a menor possibilidade de escapar da desertificação que se alastra a partir da consolidação dessa totalização – nem em nossa intimidade seria possível resistir a essa adestração. Adorno e Horkheimer em *Dialética do esclarecimento* afirmam que a integração total da vida se encontra em suspenso, mas não interrompida – a “máquina totalizante” tenta se espalhar por todas as esferas da vida.

153 Nos últimos anos surgiram diversos movimentos que, mesmo efêmeros em sua duração, expressam essa conjuntura: *Occupy Wall Street*, nos Estados Unidos; as revoltas populares, da chamada Primavera Árabe; as pessoas saindo às ruas na Europa, quando países como Espanha, Alemanha, França, Grécia Portugal, entre outros da União Europeia, anunciaram a redução de investimentos sociais sociais.

A partir dessa conjuntura, perceberam a importância de conservar, ampliar e desdobrar a liberdade, ao invés de seguir em direção ao mundo administrado (ADORNO; HORKHEIMER, 1985). É nessa perspectiva que os autores abordam a importância de preservar o conceito de *esclarecimento*, que em ambos assumem uma característica trans-histórica (está presente em todos os períodos da história da humanidade). Com isso, entra em pauta a necessidade de se refletir sobre o progresso e as consequências advindas do seu curso cego. Como resistir a forças que “submetem tudo a cada um e cada um a tudo”?

É necessário pensar o próprio pensamento. As causas que geram o seu engessamento devem ser procuradas na própria ideia de esclarecimento – que na busca incessante pela transformação do desconhecido em saber, pelas tentativas de domínio das forças da natureza, acabou criando formas de pensamento que excluem a necessidade de reflexão sobre a própria vida, das forças que a promovem. Nesse sentido, as manifestações que aconteceram ajudam a questionar qual o papel de um poder que age cegamente, esquecendo-se das forças que o compõe. Afinal, o governo não é feito, somente, de partidos políticos e cálculos que viabilizam *apolitizar* a sociedade.

Conclusão

São múltiplas as forças que compõem a sociedade. O próprio cálculo tende a não abarcar as diferenças, desconsiderando forças que habitam e criam a sociedade. Visto que as manifestações ainda se mantêm, é preciso reconhecer que a polarização entre as instituições governamentais e a população aumenta – grande parte das manifestações vem sendo respondidas com a truculência da força policial. Ainda sim, é extraordinária a força de mobilização social: como que em uníssono, o som do povo passou a ser escutado.

Podem dizer que o movimento e suas ações se encaixam na análise que Adorno e Horkheimer fazem de Ulysses de Homero. Segundo eles, um indivíduo altamente centrado, dominador, que contempla o mundo amarrado às próprias forças que comanda. Foi assim que Ulysses pode escutar o canto das sereias, ao estar amarrado no mastro de seu navio, enquanto que os marinheiros sob seu comando e de ouvidos tampados, pela cera, remavam sem poder contemplar a beleza aterradora do canto.

A burguesia e seu pensamento ficaram presos na rede que construíram, pois só podem contemplar o que produzem amarrados, sem condição de agir – olham para seus reflexos, apaixonados pela própria imagem, e afundam nas ilusões de uma contemplação vazia. Porém, não é o que acontece: a ida do povo

nas ruas é o contrário disso. As manifestações, certamente, procuram encerrar a dominação que, há anos, vem sendo praticada, dando voz aos que procuram ser escutados.

Longe de ser uma Unidade “totalizante” – produzida pelo esclarecimento que desertifica o pensamento – *apolitizada*, as manifestações da rua são multiplicidades que não tem pretensão à totalidade, muito menos de ser vistas sob a imagem de sujeitos. É justamente pela diversidade que as compõem que elas podem, talvez, desejar outra história: não a que é precedida por um progresso, por um *a priori* moral.

Entra em pauta uma história da contingência, de múltiplos matizes. Se antes a história era guiada pelo progresso (cego e linear), que pretendia servir de exemplo para as ações, talvez, agora, haja uma história que se construa no fluxo e pelas conjunções diversas, procurando, ao invés de ensinar (produzir um paradigma moral), se reconfigurar nos desejos que compõem a sociedade e na sociedade que constrói esses desejos. Não é a “história mestra da vida”, é uma história por se fazer.

Referências

- ADORNO, T. W.; HORKHEIMER, M. *Dialética do esclarecimento*: fragmentos filosóficos. Trad. Guido Antonio de Almeida. Rio de Janeiro, 1985.
- BADIOU, A. *Peut-on penser la politique ?* Paris: Seuil, 1985.
- BURCKHARDT, J. *A cultura do Renascimento na Itália*. Um ensaio. Trad. Sérgio Tellaroli. São Paulo: Cia. das Letras, 2009.
- D'ARAÚJO, M. C. S. Entrevista cedida à Globonews. Rio de Janeiro. 19 jun. 2013.
- FOUCAULT, M. *História da sexualidade I*: a vontade de saber. Trad. de Maria Thereza da Costa Albuquerque e J. A. Guilhon Albuquerque. 13. ed. Rio de Janeiro: Graal, 1999.
- KOSSELLECK, R. *Crítica e crise*: uma contribuição à patogênese do mundo burguês. Trad. Luciana Villas-Boas Castelo-Branco. Rio de Janeiro: EDUERJ, 2009.
- _____. O futuro passado dos tempos modernos. In: *Futuro passado*: contribuição à semântica dos tempos históricos (1979). Trad. de Wilma Patrícia Maas e Carlos Almeida Pereira. Rio de Janeiro: Contraponto, 2006.

Textos da net

AZENHA, L. C. Os pela “democracia sem partidos” atacam militantes de esquerda. VIOMUNDO. 20 de junho de 2013. Disponível em: <<http://www.viomundo.com.br/politica/na-paulista-defensores-de-democracia-sem-partidos-atacam-militantes-de-esquerda-e-queimam-bandeiras-vermelhas.html>>. Acesso em: 5 jan. 2014.

BAVA, S. C. O futuro da humanidade. Entrevista concedida por Edgar Morin. Le Monde Diplomatique Brasil, n. 65, dez. 2012. Disponível em: <<http://www.diplomatique.org.br/artigo.php?id=1324>>. Acesso em: 6 jan. 2014.

MACEDO, D.; PEDUZZI, P. Dilma: manifestações comprovam democracia no país. Agência Brasil. 18 de junho de 2013. Disponível em: <<http://agenciabrasil.ebc.com.br/noticia/2013-06-18/dilma-manifestacoes-comprovam-democracia-no-pais>>. Acesso em: 6 jan. 2014.

NETTO, A. Alckmin chama manifestantes de ‘baderneiros’ e ‘vândalos’. O Estado de S. Paulo. 12 de junho de 2013. Disponível em: <<http://www.estadao.com.br/noticias/cidades,alckmin-chama-manifestantes-de-baderneiros-e-vandalos,1041542,0.htm>>. Acesso em: 6 jan. 2014.

Da redação. Lula e FHC falam dos protestos pelo país. Acesse Piauí (Revista Piauí). 10 de junho de 2013. Disponível em: <<http://www.acessepiaui.com.br/politica-brasil/lula-e-fhc-falam-dos-protestos-pelo-pais/23122.html>>. Acesso em: 6 jan. 2014.

■..... **Pedro Demenech** é mestre em História pela Universidade Federal do Espírito Santo e doutorando em História Social da Cultura da Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro. Desenvolve o projeto de pesquisa “Entre a bússola e o torniquete: uma análise do pensamento de Ángel Rama”.